

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.971 - RO (2019/0343654-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A
ADVOGADO : CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO003861
RECORRIDO : RAIMUNDA LUCIANE JERONIMO DE SOUZA
RECORRIDO : JOSE SANTANA DE CASTRO
ADVOGADOS : VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO002479
DENISE GONÇALVES DA CRUZ ROCHA - RO001996

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por **SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (fls. 232-247, e-STJ).

1. Consoante dispõe o Regimento Interno desta Corte Superior, a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa (artigo 9º, caput, do RISTJ).

No caso dos autos, a controvérsia reside a definir o prazo prescricional da pretensão indenizatória deduzida contra concessionária de serviços públicos, fundamentada em danos ambientais, materiais e morais decorrente da construção e instalação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, o que denota a competência de uma das turmas integrantes da Primeira Seção desta Corte Superior para julgar o feito, de acordo com o artigo 9º, § 1º, inciso XIV, do RISTJ.

Manifestando-se acerca do tema, em caso análogo, assim se pronunciou a Terceira Turma deste Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DANO AMBIENTAL. USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO. AÇÃO REPARATÓRIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA TERCEIRA TURMA PARA JULGAR A MATÉRIA. PRELIMINAR ACOLHIDA, DETERMINANDO-SE A REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO PARA UMA DAS TURMAS INTEGRANTES DA PRIMEIRA SEÇÃO. AGRAVO INTERNO PROVIDO. (AgInt no REsp 1797540/MA, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 10/05/2019) [grifou-se]

No mesmo sentido: REsp 1.817.391/RO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 24.10.2019; REsp 1.832.661/RO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, DJe 17.10.2019; REsp 1.807.655/RO; Relator Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA; DJe 01.10.2019; AgInt no REsp 1.815.542 Relatora; Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI; Data da Publicação 03.09.2019.

Ademais, a controvérsia já foi apreciada pelos integrantes das Turmas que integram a Primeira Seção desta Corte, a saber: REsp 1.817.391/RO, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe 26.11.2019; REsp 1.807.655/RO, Rel. Ministra

Superior Tribunal de Justiça

REGINA HELENA COSTA, DJe 22.11.2019; REsp 1.836.333, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJe 24.10.2019;

A causa de pedir, portanto, é de direito público, atraindo a competência da Primeira Seção deste Tribunal, nos termos do artigo 9º, § 1º, inciso XIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

2. Do exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais para redistribuição do feito a uma das Turmas que integram a Primeira Seção.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator